

» Entrevista | WELLINGTON LUIZ | DEPUTADO DISTRITAL ELEITO (MDB)

Cotado para ser presidente da Câmara Legislativa do DF em 2023, o emedebista destacou ao *CB.Poder* a necessidade de aprovação de projetos como o PPCUB e o PDOT. Para ele, não é viável propostas ficarem mais de 10 anos em tramitação

"Objetivo é atender a população do DF"

» PABLO GIOVANNI*

Cotado para a presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no biênio 2023-2024, o deputado distrital eleito Wellington Luiz (MDB) foi o entrevistado do *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a *TV Brasília* — de ontem. Na entrevista à jornalista Samanta Sallum, o ex-presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol) ressaltou que projetos importantes enviados pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) para a CLDF, entre elas o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico

(PPCUB), revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e a Lei do Silêncio, são consideradas "necessárias" para serem votadas no primeiro semestre de 2023. "A gente não pode continuar arrastando, porque, à medida que você perde tempo, geramos prejuízos para o setor produtivo que emprega e paga impostos. Isso gera prejuízos para a população. Sobre tudo, gera descrédito. Precisamos vencer isso, sermos objetivos. Temos que ser rápidos para aprovar projetos, dentro daquilo que é legal e possível. Não dá para uma proposta ficar mais de 10 anos (tramitando)", disse.

A eleição que vai eleger a nova Mesa Diretora será em 1º de janeiro, após a posse dos distritais. Existe um entendimento dos 24 deputados que o senhor será eleito presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Primeiro, temos que entender que é um cenário favorável, mas não é um cenário definitivo. Conseguimos, graças a Deus, fazer um bom entendimento (na corrida para a disputa). Então, esse é um avanço importante. Claro que nós continuaremos conversando com todos os deputados para que esse entendimento se consolide no 1º de janeiro. Nós trabalhamos muito, logo depois da eleição, porque esse processo (da eleição) acabou sendo antecipado com as notícias, principalmente do *Correio Braziliense*, que acaba influenciando a opinião das pessoas, portanto, nesse processo, fomos conversando e dialogando com todos os colegas. Na segunda-feira, em uma conversa muito interessante com o atual presidente do MDB, deputado federal Rafael Prudente, com os deputados Iolando e Hermeto, nós conseguimos fazer um entendimento para que houvesse uma única candidatura.

O deputado Iolando também tinha interesse em ser presidente da CLDF. A reportagem do *Correio* noticiou que ele havia desistido após esse encontro, declinando em apoio ao seu nome.

Exatamente. Com a candidatura dele, tínhamos duas chapas. Com a saída dele, tem uma candidatura só. Não sei se vai aparecer outra, e pode ser que aconteça. Nesse momento, existe um entendimento que exista só uma candidatura, que é a nossa. Se Deus quiser, nós vamos chegar no dia da eleição com todos os entendimentos e acordos feitos para que a gente possa, então, haver uma unidade na Câmara Legislativa.

Nessa composição, quem será o vice-presidente? Será Ricardo Vale (PT)? E as secretarias e comissões. Já temos nomes? Logo, as comissões são importantes para a apreciação dos projetos.

Temos um desenho mais ou menos consolidado, tanto na Mesa Diretora, quanto nas comissões. O Vale será meu vice. São muitas comissões, e todas

elas muito importantes, e que terão um papel muito importante nesse processo.

A CLDF tem a presidência e Mesa Diretora — composta pelo primeiro, segundo e terceiro secretário. Afinal, qual a função da Mesa?

Cada secretaria tem um papel. A primeira exerce a função, em uma espécie de "prefeitura" da Casa, com a manutenção e funcionamento. A segunda, trata da questão das finanças e orçamentos, além de contratos. Para essas, a primeira ficará com o Daniel de Castro (PP) e a segunda com o Roosevelt Vilela (PL). A terceira secretaria ficará com o deputado Martins Machado (Republicanos).

Apesar dessas áreas terem seus comandos, o senhor pode afirmar que eles não terão poderes paralelos e centralizados na secretaria? E que tudo terá que passar pelo consenso e diálogo.

Podemos afirmar. Esse é um entendimento dos deputados. O próprio deputado tem essa consciência de que deve haver uma harmonização em suas decisões. Porque, quando você toma uma decisão, e ela é dividida com seus colegas, a chance de acertar é muito maior. Então, nós temos hoje esse cuidado. Nós estamos conversando com cada um desses colegas e eles, inclusive, estão nessas secretarias exatamente por conta dos seus perfis. Isso nos dá muita tranquilidade. Então, acredito que, nenhum desses deputados tenha esse entendimento de que a última palavra é a dele. Isso não é uma coisa ultrapassada. Podemos afirmar com segurança que o diálogo vai prevalecer na Câmara Legislativa.

E existem nomes para as comissões, como Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) e Comissão de Assuntos Fundiários (CAF)?

O deputado Hermeto deve assumir a CAF. Eduardo Pedrosa (União) deve ser o presidente da CEOF. E a CCJ, apesar de ser um deputado novo, vai ficar com o Thiago Manzoni. Ele tem experiência na área jurídica. É uma pessoa que vai poder nos dar segurança. Conversei bastante com ele (Manzoni). Apesar de não ter sido

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



A gente não pode continuar arrastando (esses projetos), porque à medida que você perde tempo, geramos prejuízos para o setor produtivo que emprega, paga impostos"

deputado, ele tem um trânsito político muito bom e vai nos ajudar bastante.

O MDB está se mantendo na presidência da Casa. Rafael Prudente esteve no cargo por quatro anos, e foi eleito para a Câmara dos Deputados. Vocês são do mesmo partido do governador. Como fica essa relação de independência entre o Legislativo e o Executivo?

Essa independência é fundamental. A harmonia, acredito, que não seja nenhum milagre. O governador Ibaneis é extremamente maduro. Ele é um político experiente, que conhece o funcionamento da CLDF, e nós

sabemos qual é o papel do Executivo. O que temos que pensar: que essa relação tem que produzir frutos para a sociedade. Nós teremos divergências? Teremos. Só que nós temos que sempre lembrar: o nosso objetivo é atender a população do Distrito Federal. Quando você consegue construir isso, com um princípio maior que é o respeito, não teremos dificuldades. Então, o Executivo respeita o papel do Legislativo, que vai respeitar o Executivo, dando a funcionalidade necessária para que a população não seja prejudicada.

O senhor garante que assumindo a presidência da CLDF, não será uma relação de subserviência do governador Ibaneis?

Não pode, e tenho certeza que nem ele quer. Porque isso atrapalha o processo. É prejudicial. Saudável é quando há independência e harmonia. Isso vai ter. Por exemplo, a oposição está contemplada na Mesa Diretora com a vice-presidência (Ricardo Vale). Nós demos uma demonstração clara de equilíbrio. Nessa forma, tenho certeza que a Câmara terá a sua independência, como teve também nesses quatro anos com o deputado Rafael Prudente, presidente do MDB. Com a gente também não será diferente. Nós seremos independentes, no entanto, nós buscaremos a harmonia com o Executivo, para que o governador possa continuar comandando o povo de Brasília.

Quais serão as prioridades da pauta da Câmara no primeiro semestre? Temos pautas que ficaram para 2023, como o PPCUB, PDOT e a Lei do Silêncio. O que será prioridade para o primeiro semestre? Dá para votar no início do ano?

Há algumas coisas fundamentais com relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos). Essas propostas são necessárias. A gente não pode continuar arrastando (esses projetos), porque à medida que você perde tempo, geramos prejuízos para o setor produtivo que emprega, paga impostos. Isso gera prejuízos para a população. Sobre tudo, gera descrédito. Precisamos vencer isso, sermos objetivos. Temos que ser rápidos, dentro daquilo que é legal e possível. Não dá para uma proposta ficar mais de 10, 12 anos. Só eu fui relator da Luos por quatro anos, e (ficou em tramitação) por mais quatro. Ou seja, oito anos para aprovar. Existem pessoas do outro lado que estão aguardando. E o que acontece? Elas já (a população) não acreditam mais na gente. E não acreditam por culpa nossa. É a falta da entrega. Quando você começa a entregar, como vi quando estava na Codhab, todo mundo começa acreditar no poder público.

Quais projetos você cita que são importantes de serem votados ainda no primeiro semestre?

O PPCUB é fundamental. O

PDOT é outra pauta que não dá mais para arrastar. A gente precisa fazer isso com velocidade. Esses dois projetos, para mim, são fundamentais. Existem outros projetos na área da saúde e educação, que precisamos avançar.

Com relação ao governo federal. O DF depende da União em relação ao Fundo Constitucional. O senador Randolfe Rodrigues apresentou uma PEC para que esse repasse fosse extinto. Parte desse valor é repassada para as forças de segurança.

Foi uma tentativa que beira o absurdo. É um dispositivo constitucional, porque a criação do fundo está na Constituição. Tive a oportunidade de participar da criação do fundo. É extremamente necessário (o fundo), porque são nossas forças policiais que estão na rua nesse momento, e que a população cobra resultado, principalmente agora na posse do presidente Lula. O fundo não é de graça, não é um favor. É um direito. Estão confundindo os papéis. Se alguma coisa eventualmente não estiver legal, há meios de fiscalização. Não há do que se falar sobre acabar, e pode melhorar a forma de gestão e fiscalização. Nós não vamos admitir e aceitar uma tentativa absurda de fazer uma coisa dessa. Na minha opinião, ele (Randolfe) brincou com a inteligência das pessoas.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira